



A CONSTRUÇÃO DA POPULARIDADE ELEITORAL: IMPRENSA E CANDIDATOS A PREFEITO EM CANOAS/RS (1951 - 1959)

DOUGLAS SOUZA ANGELI*

Considerações iniciais

Canoas/RS é um município da região metropolitana de Porto Alegre. Emancipado em 1939, suas primeiras eleições municipais ocorreram somente após o Estado Novo. As décadas de 1940 e 1950 registraram um expressivo crescimento populacional, motivado pela migração de trabalhadores do campo para a cidade, fazendo surgir novos bairros – habitados basicamente por famílias de operários.

As eleições de 1951, 1955 e 1959 fazem parte do contexto de incorporação da classe trabalhadora ao cenário eleitoral, de ampliação do corpo eleitoral e de consolidação da experiência democrática brasileira – iniciada em 1945. Tanto a formação dos partidos políticos nacionais quanto a mudança do perfil do eleitorado transformam as relações entre candidatos e eleitores, e nas eleições municipais, partidos e candidatos, pretendendo conquistar posições no poder local, buscaram mobilizar os eleitores – cada vez mais numerosos.

Necessitando construir uma imagem prestigiosa, partidos e candidatos encontraram um possível canal de comunicação com os eleitores na imprensa local – contando com jornalistas, editores, articulistas e comentaristas mais ou menos identificados com os diferentes grupos políticos. Qual foi o papel da imprensa local na relação entre candidatos e eleitores nas primeiras eleições municipais de Canoas? Como partidos e candidatos se dão a

* Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Agência financiadora: CAPES.

ler e a ver por meio de textos e imagens? Quais representações sobre ser candidato podemos apreender a partir da leitura desses periódicos?

Experiência democrática e eleições

Com o fim do Estado Novo, em 1945, a realização de eleições para presidente da República e a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte demarcaram o início daquela que pode ser considerada a primeira experiência de democracia na história política brasileira. Para José Murilo de Carvalho (2013:127), a partir de 1946 o Brasil iniciou a fase que “pode ser descrita como a primeira experiência democrática de sua história”. O período entre 1946 e 1964 foi caracterizado por uma Constituição Federal que manteve as conquistas sociais e garantiu os direitos civis e políticos, havendo liberdade de imprensa e de organização política. Houve eleições regulares para presidente da República, senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores, escolhidos dentre os candidatos filiados aos partidos políticos – a partir de então, nacionais (CARVALHO, 2013:127).

A ampliação do eleitorado, a criação de sólidos partidos políticos nacionais e a realização de eleições diretas para os poderes executivo e legislativo foram características desta fase republicana iniciada entre 1945 e 1946. O Brasil dessa época era bastante diferente do país agrário da Primeira República: a industrialização e a urbanização haviam sido marcas dos quinze anos de governo Vargas. Para José Murilo de Carvalho (2013: 147), a rápida urbanização facilitava os avanços em direção a eleições mais limpas, pois o eleitor urbano seria menos vulnerável ao aliciamento e à coerção. O historiador Jorge Ferreira (2005:375) considera que a democracia brasileira de 1945 a 1964 representou um período em que trabalhadores e populares participaram ativamente do processo político: “Após estabelecerem em sua cultura política a noção de que eram cidadãos no plano social e, portanto, merecedores de uma legislação protetora do trabalho, eles, com a democratização [...] muito rapidamente aprenderam a lidar com os direitos políticos”. Neste cenário de rápidas mudanças políticas, sociais, culturais e econômicas, as elites políticas do país passaram a lidar com algo novo: a

necessidade da conquista de votos nas camadas populares urbanas. Conforme Letícia Bicalho Canêdo (2010:537), a unificação administrativa, jurídica, política, educacional e cultural promovida pela Era Vargas propiciou, com a democratização iniciada em 1945, o surgimento do “cidadão-eleitor” no Brasil. Sobre as alterações nas relações entre candidatos e eleitores, a autora ressalta que os partidos, desde então, começaram a desempenhar um papel fundamental para a mobilização eleitoral ao difundirem um interesse específico pelas questões políticas (CANÊDO, 2012:538).

Conforme o conceito de campo político expresso na obra de Pierre Bourdieu (2012:185), a produção das formas de percepção e de expressão politicamente atuantes e legítimas é monopólio dos profissionais e se dá na concorrência pelos profanos - pelo “monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos”. Segundo Michel Offerlé (2005:356), com a profissionalização dos políticos, inventou-se tecnologias de conquista de votos e apelo do civismo, pois ao construir um eleitor eles se tornam elegíveis. No caso brasileiro, Letícia Canêdo (2012:538) ressalta o surgimento de novas técnicas de conquistas do voto características desse período de incorporação das massas ao sufrágio: “Aparece a necessidade de se construir uma popularidade eleitoral. Distribuir apertos de mão, empenhar-se em realizar pequenos serviços aos eleitores como marcas da simpatia torna-se imprescindível.

Canoas/RS: partidos, candidatos e imprensa

Entre a emancipação, em 1939, e as primeiras eleições municipais, em 1947 e 1951, o município de Canoas/RS passou por transformações no seu perfil populacional. A abertura de diversos loteamentos entre as décadas de 1930 e 1960 fez com que a cidade ampliasse sua mancha urbana, havendo a ocupação de zonas alagadiças e próximas aos rios (Sinos e Gravataí): “De 1941 a 1945, Canoas teve 450 hectares de terras loteadas; de 1946 a 1950, teve 365 hectares loteados; e de 1951 a 1955, teve 1.140 hectares de terras loteadas” (PENNA, 2004:19). É possível perceber o rápido e expressivo crescimento demográfico de Canoas nesse período através dos dados referentes ao município nos censos demográficos de 1940, 1950 e 1960. A população total saltou de 17.630 habitantes em 1940, para 39.826 em 1950 e 103.503 em 1960 (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1981).

O crescimento da mancha urbana entre 1940 e 1970 é explicado pela grande migração de trabalhadores, pelos diversos loteamentos abertos no período, pela industrialização, como já referimos na parte anterior, atestando um processo de crescimento horizontal da cidade, com a instalação de novos bairros. A imprensa da capital, através do *Correio do Povo*, mencionava esse crescimento dos bairros de Canoas em 1945. A reportagem ressalta que a cidade possuía aproximadamente 22.000 habitantes, e “densos núcleos proletários” como Niterói, Rio Branco, Vila Fernandes e Chácara Barreto. Enquanto a população rural permaneceu praticamente a mesma, com um crescimento de 7,24%, a população urbana cresceu 58%. Na mesma década, a população suburbana obteve um crescimento de 339%. A zona suburbana correspondia basicamente aos bairros Niterói e Rio Branco.

Os vários documentos pesquisados nos trazem falas acerca da principal característica da população residente em Canoas nas décadas de 40, 50 e 60: eram basicamente operários. O que os Censos Demográficos de 1940, 1950 e 1960 têm a nos dizer sobre isso? O Censo de 1960 traz apenas três categorias: “atividades agropecuárias e extrativas”, “atividades industriais” e “outras atividades”, e não nos apresenta um quadro completo da população por atividade principal exercida, pois a soma fecha apenas 30.411 trabalhadores numa população de mais de 100.000 habitantes. Possuímos informações mais completas dos anos de 1940 e 1950: os dados sobre as principais ocupações da população canoense em 1940 e 1950 nos indicam o crescimento da fatia operária nesse período, consequência de fatores anteriormente tratados: a industrialização e a migração de trabalhadores para a capital e região metropolitana. Houve expressiva diminuição da participação das atividades agropecuárias no universo das ocupações principais da população canoense entre 1940 e 1950.

Dessa forma, podemos considerar que o processo de migração de trabalhadores do interior para a região metropolitana, incluindo Canoas, que acarretou a alteração do perfil populacional de Canoas – e, conseqüentemente, do perfil dos eleitores – não passou despercebido pelas autoridades locais. Nas eleições municipais, realizadas a partir 1947, candidatos e partidos políticos teriam de buscar meios de mobilizar os eleitores em torno de seus programas, projetos, propostas. A imprensa local, a partir da criação do jornal *O Democrata*, passou a fazer parte dessas técnicas de conquista de votos.

Durante a experiência democrática brasileira (1945-1964) foram realizadas cinco eleições municipais em Canoas: 1947, 1951, 1955, 1959 e 1963. O pleito de 1947 objetivou a formação da primeira legislatura da Câmara Municipal. Canoas, antigo distrito do município de Gravataí foi emancipada em 27 de junho de 1939, durante o Estado Novo, pelo decreto n.º

7.839. Em 1945, o decreto do presidente Getúlio Vargas anunciou, para dezembro daquele ano, eleições para presidente da República, senadores e deputados federais para a futura Assembleia Nacional Constituinte. No início de 1947 foram realizadas eleições para os governos estaduais e deputados estaduais constituintes, e em 15 de novembro realizaram-se eleições municipais. Nas cidades consideradas, por lei federal, de excepcional importância para a defesa do país, os prefeitos eram indicados pelo governador (NICOLAU, 2002:47).

O jornal *O Democrata*, fundado às vésperas das eleições municipais de 1947, talvez tenha sido um dos primeiros canais de comunicação entre candidatos e eleitores na vida política canoense. Em suas páginas, noticiava-se especialmente os acontecimentos ligados ao Partido Social Democrático (PSD), partido do prefeito Nelson Paim Terra – que ocupava também o cargo de diretor do jornal, sendo seu gerente Artur Pereira Vargas, também possedista. Isto não impedia o periódico de circulação quinzenal de autodeclarar-se “órgão independente”.

Enquanto surgia *O Democrata*, os partidos políticos se organizavam para a eleição de vereadores que se aproximava. Desde o anúncio das eleições de 1945, formaram-se no Brasil, pela primeira vez, partidos políticos nacionais que buscaram mobilizar as massas. A experiência democrática no Brasil, entre 1946 e 1964, teve como um de seus pilares a organização de partidos políticos nacionais de massa, que conforme Letícia Bicalho Canêdo (2012:537) passaram a intensificar as relações entre o eleitor – obrigado a votar – e o candidato – que tem necessidade do voto.

A história da imprensa em Canoas registra a existência de dezenas de jornais entre as décadas de 1930 e 1960: o primeiro impresso canoense foi o jornal *O Cruzeiro*, que circulou em 1935, seguido de *O Canoense*, em 1937 e *O Farrapo*, no mesmo ano, todos antes da emancipação de Canoas, ocorrida em 1939 (PFEIL, 2005, p. 5-6). Após a emancipação, foram editados *A Notícia* (1940), *Folha Canoense* (1941 – 1942), *O Democrata* (1947 – 1950), *Correio de Canoas* (1950), *A Tribuna* (1951), *Canoas em Marcha* (1951-1953), *Expressão* (1954), *O Momento* (1955 – 1958), *A Semana* (1956), *Folha de Canoas* (1958 – 1959), *Gazeta de Notícias* (1959 – 1961), *O Gaúcho* (1961 – 1963) e tantos outros que excedem o recorte temporal da pesquisa.

As notas publicadas na imprensa por partidos e candidatos, enquanto imagens construídas sobre si mesmos e indicativos de sua compreensão sobre o processo político no

qual estavam inseridos, são também portadoras de significados acerca do ato de representar politicamente o eleitor e sua comunidade. Mário Albino Both foi candidato a deputado estadual nas eleições de 1950. Propaganda sua foi publicada no jornal *Correio de Canoas* em 30 de setembro daquele ano, salientando as qualidades necessárias aos representantes do povo: não bastava que fossem eles dotados de uma “cultura exuberante”, era preciso que tivessem “vivido os problemas em torno dos quais se prolonga a existência dos humildes”.

A construção do prestígio: candidatos a prefeito

Em 1951 os eleitores canoenses puderam, pela primeira vez, eleger seu prefeito municipal. Na ocasião, administrava o município o Major da Aeronáutica José João de Medeiros (PTB), por nomeação do governo do Estado. Na primeira eleição para vereador, quatro anos antes, o PSD havia eleito cinco vereadores, enquanto o PTB havia obtido duas cadeiras, e a UDN e a coligação PRP-PL apenas um representante cada (RANISCHESKI, 1998). Porém, as eleições gerais de 1950 indicaram um crescimento do PTB na região metropolitana, conforme o levantamento realizado por Noll e Trindade (2004).

Nas eleições municipais de 1951, o PTB elegeu o prefeito Sady Schivitz e o maior número de vereadores, quatro, numa legislatura ainda formada por dois vereadores do PSD, dois do PRP e um do PSP. No discurso de posse, Schivitz rendeu uma homenagem ao prefeito em exercício (na condição de presidente da Câmara Municipal) Arthur Pereira de Vargas (PSD): “Ao receber das mãos de V. S. o poder municipal, proclamo que o faço por um imperativo da vontade popular, porque V. S. um dos esteios do progresso e da vida de Canoas, bem que merece ser o nosso governador”. Entretanto, o prefeito petebista deixava claro que estava assumindo o cargo por ter sido eleito pelo sufrágio popular, ressaltando ainda sua origem em meio ao povo que o sufragou: “Quis, porém, o destino, que o primeiro edil desta comuna, eleito livremente pela vontade do povo fosse um homem que passou grande parte de sua vida lutando ao lado desse mesmo povo, na sua condição de proletário”.

Na sequência, Schivitz atribuiu a vitória nas eleições mais ao PTB do que a ele mesmo, manifestando que a orientação partidária que tinha coadunava-se com o *espírito* do presidente Getúlio Vargas: *Tudo para o povo*. Passada a eleição, fez questão de dissolver qualquer clima faccioso que pudesse haver: “Meu gabinete, nesta Prefeitura Municipal, estará

sempre aberto para quem quer que seja que deseje um entendimento comigo”. E retomou o tema do bem-comum, que já havíamos identificado nas campanhas dos candidatos ao legislativo: “É bem verdade que não poderei operar milagres, mas é também verdade que dentro dos limites orçamentários do Município, tudo farei pelo bem comum”. Traça, em seguida, uma diferenciação entre “governo partidário” e “filhotismo político”:

Quando candidato, sempre acenei para os eleitores com um programa de governo que está consubstanciado dentro dos postulados do Partido Trabalhista Brasileiro. Vencedor que fui, tive a prova de que a maioria que sufragou o meu nome deseja ver aplicados, na minha administração, os referidos postulados e, não decepcionarei aos que em mim confiaram. Devo, porém, esclarecer que, entre governo partidário e filhotismo político, vai uma grande diferença. Governo partidário é dar ao povo aquilo que o programa do partido consigna; filhotismo político é atulhar os quadros da Prefeitura de elementos incapazes só por trazerem recomendações caudilhescas. Isso aqui não sucederá. [...] Ao funcionalismo desta Casa, desde já recomendo: Somos funcionários públicos e todo aquele que tiver de tratar, nesta Prefeitura, deve ser atendido com distinção e presteza. Não importa seja rico ou pobre, branco ou preto, cristão ou ateu, companheiro ou adversário político.

Naquele momento, o que significava governar de acordo com o programa do PTB? O partido havia nascido sete anos antes, na transição do Estado Novo para o período democrático, formado com base na máquina sindical e sendo inicialmente uma sigla “de e para Vargas”, conforme estudo célebre de Angela de Castro Gomes (2005, p. 293). Conforme Jorge Ferreira (1997, p. 124), diferentemente de outros partidos daquele período, o PTB não atuava exclusivamente no campo eleitoral, vindo a tecer relações com o movimento operário e sindical que acabaram por moldar o comportamento político de operários e assalariados. Assim, Sady Schivitz tinha razões para incluir-se ao lado do povo em seu discurso de posse: *um homem que passou grande parte de sua vida lutando ao lado desse mesmo povo, na sua condição de proletário.*

Quase não há, porém, registros das campanhas dos candidatos a prefeito de 1951, a não ser alguns poucos anúncios que foram publicados no jornal *Canoas em Marcha*. As referências ao bem-comum enquanto finalidade da função pública de prefeito dominaram os discursos pronunciados em homenagem a José João de Medeiros, realizada nos salões da Prefeitura Municipal em cerimônia que incluiu a inauguração do retrato do ex-prefeito. Sezefredo Azambuja Vieira, que era suplente de deputado estadual pelo PRP e havia concorrido à prefeitura naquele pleito, proferiu o discurso em homenagem ao prefeito que se despedia do cargo e exaltou as características que, na sua visão, faziam de Medeiros um administrador de visão:

Como são simples, todavia, os segredos do nosso homenageado! Toda a sua ação, como Prefeito, resume-se sobretudo nisto: soube cumprir o seu dever. Os caminhos para o exato cumprimento de seu dever não tinham, também, nada de complexos ou de complicados: afabilidade no trato dos co-munícipes; esforço cotidiano para acertar; honestidade no giro dos recursos da Prefeitura; zelo, principalmente zelo, em tudo o que se referia a atos administrativos. Para José João de Medeiros os bens da fazenda municipal devem ser administrados com o mesmo amor com que administra seus próprios bens. Não será isso o mais completo programa de governo e rota segura para realizações fecundas?

Para além da singular homenagem prestada ao Major Medeiros, é possível identificar neste discurso uma concepção acerca do papel de um administrador municipal: a necessidade do cumprimento do dever público, afabilidade no trato com os munícipes, honestidade na gestão dos recursos. José João de Medeiros confirma isto em seu discurso de agradecimento: “O meu propósito foi o de bem servir a causa pública – defender os interesses municipais, dentro da lei – praticar atos e fatos administrativos visando o progresso de Canoas e o bem-estar coletivo”.

Na primeira semana de março de 1955 surge o jornal *O Momento*, fazendo emergir também novas especulações sobre os candidatos a prefeito nas eleições que seriam realizadas em novembro daquele ano. Nessa edição, a matéria publicada na capa e intitulada *Apontam os primeiros candidatos*, enfatizava as candidaturas de Sezefredo Azambuja Vieira para prefeito e Hugo Simões Lagranha para vice, caracterizando a tais candidaturas da seguinte forma: “Um movimento apartidário, fundamentado no prestígio eleitoral dos dois candidatos, reuniu-os sob a mesma bandeira, e os vai lançar na corrida realmente com possibilidades de vingarem”.

O outro lado do panorama político aparece na edição n.º 02, na segunda semana de março: a matéria publicada na capa de *O Momento* trata da dissidência entre os trabalhistas, pois José João de Medeiros e Maurício Müller disputavam a vaga de candidato a prefeito. Na primeira semana de abril, o jornal enfatiza a organização da candidatura Sezefredo: “De todas as candidaturas que já em cena no cenário político da sucessão municipal, a do Dr. Sezefredo Azambuja Vieira é a única praticamente assentada”. O texto expressa a ideia de que as candidaturas de Sezefredo a prefeito e Lagranha a vice já estavam organizadas a despeito dos partidos, o que contrastava com a candidatura de um PTB cindido: “O que ainda não foi fixado é a legenda sob a qual Sezefredo-Lagranha esperam alcançar a maioria dos votos do eleitorado canoense”.

Concorreram a prefeito nas eleições municipais de 1955: Sezefredo Azambuja Vieira, pela coligação PRP-PSD-PL; José João de Medeiros, pela coligação PSP-PSB; Maurício Müller, pelo PTB; e Canabarro Tróis, pela UDN. Ao cargo de vice-prefeito: Hugo Simões Lagranha, pela coligação PRP-PSD-PL; Schneider, pela coligação PSP-PSB; Luis Possebon, pelo PTB; e Arthur Oscar Jochims, pela UDN.

Na edição de 24 de setembro de 1955, *O Momento* trazia matéria cujo título era *Aproximam-se as eleições*, atribuindo uma série de responsabilidades ao candidato vencedor da disputa pela prefeitura: “A responsabilidade é enorme, tanto no plano municipal como no nacional. O nosso município está cheio de problemas e os aspirantes ao Poder Público devem tomar posição firme, pelo menos a respeito dos mais graves”. Conforme o jornal, os temas mais graves referiam-se ao transporte coletivo, à assistência médica e hospitalar, e ao saneamento das zonas populosas. Em seguida, o texto impõe um qualificativo necessário a quem pretendesse administrar Canoas: “O nosso município precisa de governantes enérgicos, que tenham a visão necessária”.

No dia 03 de outubro de 1955, os eleitores canoenses delinearam o seguinte final para o embate entre os quatro candidatos a prefeito: Sezefredo Vieira (PRP) foi eleito com 43% dos votos, contra 32% de José João de Medeiros (PSP), 21% de Maurício Müller (PTB) e 4% de Canabarro Tróis (UDN). A imagem da candidatura Sezefredo-Lagranha, ao menos esta que foi construída pela imprensa, busca descolar os candidatos de seus partidos, expressando uma ideia de *movimento apartidário*. Em especial, Sezefredo é descrito com ênfase em suas qualidades pessoais, sendo sua candidatura desvinculada dos interesses partidários. No lado oposto, as candidaturas trabalhistas são representadas na esteira das questões partidárias, enfatizando-se as disputas internas do PTB.

A figura pública de José João de Medeiros, que já havia sido prefeito nomeado por curto período, em 1951, consolida sua imagem no período que antecedeu às eleições de 1955. “Futuro governador de Canoas, por uma imposição popular”, assim dizia o colunista D’Artagnan Vaz, do jornal *Canoas em Marcha*, em 16 de fevereiro de 1954. Medeiros seria o “candidato natural do partido”, nas palavras do trabalhista Mário Porto Inda, publicadas no jornal *O Momento* em março de 1955, em matéria que recebeu o título de *Ferve o caldeirão petebista*.

A segunda edição do jornal *O Momento* havia trazido qualificativos bastante distintos para os dois postulantes à vaga petebista na disputa pela prefeitura: Medeiros contava com “um eleitorado quase certo”, enquanto Maurício Müller não teria “o mínimo prestígio junto às classes populares”. O mesmo Maurício Müller que havia sido acusado, pela executiva municipal do PSD, de ser o “manda chuva da Prefeitura de Canoas” e “ditador do município”.

Somados os votos dos candidatos trabalhistas, Medeiros e Müller, representavam mais de 50% do eleitorado canoense. Divididos, os trabalhistas perderam a eleição para a coligação PRP-PSD-PL, liderada por Sezefredo Azambuja Vieira, que tomou posse do cargo de prefeito em 1º de janeiro de 1956. Em seu discurso de posse, Sezefredo reafirmou o significado que pretendia atribuir ao apartidarismo:

Durante a campanha eleitoral insisti na observação de que os diversos programas não alcançavam os municípios, por isso que sua elaboração é feita tendo em vista o equacionamento e a solução dos problemas nacionais. Assim sendo, parece-me bastante claro que, trato das coisas municipais, mui difícil, entretanto, haverá margem para divergências ideológicas ou doutrinárias, já que os problemas administrativos da órbita municipal são de ordem prática e o campo para as respectivas soluções bastante limitado. Isto posto, chego à conclusão de que na esfera administrativa dos municípios não há margem para o que se denomina, comumente, política partidária. Se quer dar apoio sistemático ou fazer oposição permanente é lógico que esse apoio ou essa oposição nunca serão de natureza programática, pois as soluções aos problemas não estão previstas nas cartas partidárias.

Assim, Sezefredo argumentava que os problemas locais, de ordem prática, a serem resolvidos pela administração municipal, não deixavam espaço para as divergências político-partidárias. No mesmo discurso, Sezefredo retoma a ideia: “Mereci a honra de ser apoiado por vários partidos, aos quais agradeço, do fundo da alma, o amparo que me deram. Apoiado assim, por três organizações políticas, fui o mais apartidário dos candidatos”.

Nas eleições de 1955, comentaristas, articulistas, jornalistas e editores da imprensa local, construíram ao menos duas imagens dos candidatos a prefeito: a candidatura Sezefredo-Lagranha era concebida como uma aliança acima dos partidos, mobilizada pelo bem-comum e que recebia o apoio de diversos setores da sociedade. As candidaturas trabalhistas, de José João de Medeiros (PSP) e Maurício Müller (PTB) foram narradas pelo viés das lutas intestinas do PTB. Nas eleições de 1955 e 1959, os candidatos Sezefredo e Lagranha arrogaram para si o qualificativo “apartidário”, embora fossem políticos umbilicalmente ligados aos seus partidos (PRP e PSD), o que nos leva a entender tal concepção como uma técnica de conquista daquilo que era lhes era necessário na legitimação de seus projetos políticos: o voto.

Em outros momentos, Sezefredo seria mais enfático na crítica ao partidatismo, como no discurso destinado “ao povo canoense” e proferido em 1º de janeiro de 1958, no qual ataca àqueles que chama de “profissionais da demagogia”: “O povo está vendo trabalho e por isso mesmo dá as costas aos que só conversam, reclamam e nada fazem em benefício da coletividade”. No discurso pronunciado na Câmara Municipal, relatando seus primeiros dois anos de mandato, o prefeito lança uma crítica feroz em direção aos “mesquinhos interesses partidários”: “Sobre a maior concentração tipicamente operária do estado se abate o medonho impacto da demagogia política [...]. Ao trabalhador canoense não se explica que uma cidade não se constrói com ribombantes e vagos programas partidários”.

Alheia aos conflitos partidários e tendo os partidos apenas como formalidade necessária à candidatura, assim construiu-se uma imagem dos candidatos Sezefredo e Lagranha, retomada por este último em 1959, quando candidato a prefeito pelo PSD. Em 09 de agosto de 1959 foi publicada entrevista no jornal *Gazeta de Notícias*, com nove perguntas formuladas aos dois candidatos a prefeito, José João de Medeiros (PTB) e Hugo Simões Lagranha (PSD). Quando perguntados sobre quem seria o candidato ideal para a presidência da República, Medeiros respondeu que aguardaria a decisão de seu partido. Já Lagranha, descolando-se do partido, lançou a seguinte resposta: “Meu silêncio é total. Não trato de questões partidárias. Cuido apenas de Canoas, por quem meu interesse é enorme”.

O jornal *Gazeta de Notícias* já havia trazido, em sua edição de 28 de junho de 1959, uma nota com o seguinte título: *Prefeitura: quem será o novo ocupante?* Naquele momento, já estavam consolidadas as candidaturas de José João de Medeiros e Ariovaldo Aguiar, prefeito e vice pelo PTB, e de Hugo Lagranha e Jacob Longoni, prefeito e vice pelo PSD. Sobre os postulantes ao cargo de prefeito, o jornal declarava: “Os dois candidatos se apresentam com credenciais e gozam de bastante prestígio junto ao nosso eleitorado”. Um dia antes das eleições, o periódico reforçou a menção elogiosa a ambos: Medeiros foi qualificado de “elemento conhecidíssimo de Canoas”, já tendo exercido o cargo de prefeito e, portanto, sendo conhecedor das “glórias e dificuldades por que passa quem tal cargo ocupe”. Lagranha foi caracterizado como “figura popularíssima” que já havia “dado mostras de sua capacidade administrativa” a frente do movimento pela implantação do Hospital Nossa Senhora das Graças.

Da entrevista publicada em 09 de agosto podemos apreender as principais propostas que os candidatos a prefeito pretendiam ver divulgadas. O candidato do PTB, Coronel

Medeiros, por diversas vezes apoia-se, em suas respostas, no pertencimento ao seu partido e na circunstância de contar com o Governador do Estado, Leonel Brizola. Apoiando-se no programa de seu partido, Medeiros propõe aos eleitores um julgamento da administração municipal, da qual Lagranha era o vice-prefeito. Este, por sua vez, apoia-se na proximidade com o governo de então, e assim coloca-se como conhecedor dos problemas e das soluções.

Com uma população formada cada vez mais por operários, e diante da identificação do trabalhismo com esta parcela da população, Lagranha (PSD) busca assumir compromissos que dizem respeito aos trabalhadores e às classes populares: a isenção da propriedade de assalariado que recebesse o salário mínimo e que possuísse cinco ou mais filhos; e a melhoria do transporte público, visando especialmente aos operários.

Apoiadores dos diferentes projetos que se apresentavam ao eleitorado canoense, utilizando a imprensa, construíam representações sobre os candidatos a prefeito. Na *Folha de Canoas* de 08 de novembro de 1959, o candidato a vereador João Galhardo (PTB) qualificava José João de Medeiros: “Com sua capacidade administrativa, seu conhecimento dos problemas do Município, com o apoio certo do Governador Leonel Brizola [...] o Coronel Medeiros realizará uma administração de progresso para o melhor bem-estar de todos os canoenses”.

Na *Gazeta de Notícias* de 10 de outubro de 1959, coluna (a pedido) assinada por Moysés Machado considerava os dois candidatos “pessoas dignas e idôneas”, mas defendia o nome de Hugo Lagranha para a prefeitura municipal, a quem qualificava como “jovem, dinâmico e de vontade férrea”. Além disso, era um “homem simples e popular”. Conforme o colunista, já na edição de 24 de outubro, o candidato pessedista era o “mais capaz e mais adequado para ser o prefeito desta cidade, campeã em progresso”. E buscava desqualificar a oposição: “Os mesmos que só fazem intrigas e acusações, são justamente os que nada fizeram pelos canoenses”.

Conforme registro do jornal *Correio do Povo* de 20 de novembro de 1959, o pleito de Canoas naquele ano foi “um dos mais renhidos no Estado”. Numa eleição polarizada pela disputa entre o trabalhismo e o anti-trabalhismo, representados respectivamente por José João de Medeiros (PTB) e por Hugo Simões Lagranha (PSD), os eleitores canoenses promoveram o seguinte resultado: 50,23% dos votos para o candidato do PTB e 49,77% para o candidato

do PSD. Com uma diferença de 87 votos (9697 para Medeiros e 9610 para Lagranha), o candidato trabalhista foi eleito prefeito de Canoas, elegendo o PTB pela segunda vez.

Considerações finais

Se considerarmos a representação política na lógica da oferta e da procura e na desigualdade da distribuição dos instrumentos de produção das representações do mundo social, como propõe Pierre Bourdieu, ao cidadão, transformado em consumidor dos produtos políticos, cabe escolher entre programas, projetos, propostas – e de um modo mais geral, “formas de percepção e de expressão politicamente atuantes e legítimas” – construídas pelos profissionais do campo político (2012:164;166). A esses profissionais da política, cabe, na competição que se estabelece entre eles, concorrer pelo direito de falar em nome da maioria dos profanos, na busca por mobilizar aqueles que estão fora do campo (BOURDIEU, 2012:183;185).

Considerando ainda que, de acordo com Bourdieu, as diferentes classes sociais ou as frações dessas classes envolvem-se numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social que mais se coaduna aos seus interesses (2012:11), podemos entender as representações construídas por e sobre os candidatos como tentativas de mobilização dos eleitores e de legitimação de diferentes grupos políticos em disputa pelo poder. Sendo que o político encontra sua força na confiança que o grupo deposita nele, retirando o seu poder “propriamente mágico” da crença na representação que ele dá ao grupo (BOURDIEU, 2012:188), o papel exercido por candidatos e partidos políticos, nas suas relações com os eleitores, no período estudado, pode ser compreendido pela necessidade da construção de uma popularidade eleitoral exigida pela ampliação do corpo eleitoral (CANÊDO, 2012:537-538), pela necessidade de modificação de seus programas e propostas no intuito de concorrer com maiores chances pela conquista de novas clientelas (BOURDIEU, 2012:177), e ainda pela necessidade de construção do eleitor enquanto agente que passe a reconhecer um interesse nesta competição (OFFERLÉ, 2005:356).

Canoas, município que viveu suas primeiras experiências eleitorais em meio a um acelerado ritmo de crescimento populacional – e que coincidiram com a democratização da vida política brasileira iniciada em 1945 – passou por uma profissionalização de seus grupos políticos com a constituição de sólidos partidos políticos e realização de eleições periódicas. Candidatos e partidos políticos buscaram interpelar os cidadãos e mobilizá-los em torno da eleição, construí-los enquanto eleitores capazes de fazê-los eleitos.

Diferentes programas, propostas, candidaturas e projetos políticos entraram em embate, disputando a preferência dos eleitores, não sem antes mobilizá-los e construí-los enquanto agentes políticos capazes de escolher, dentre os produtos construídos por partidos, candidatos e imprensa, aquele que melhor lhe representasse na tarefa de garantir o *bem-comum*, o *progresso* e os *interesses do povo*.

Contando cada vez mais com seus atributos pessoais, com sua popularidade e representatividade perante as camadas populares, os candidatos a prefeito foram representados pela imprensa e pelos discursos políticos como *figuras popularíssimas*, *estimadas*, *capazes*, *preparadas* para exercer a tarefa que, em Canoas, foi destinada por meio do sufrágio a homens como Sady Fontoura Schivitz (PTB), Sezefredo Azambuja Vieira (PRP) e José João de Medeiros (PTB).

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 517-544.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS (1803-1950)*. Porto Alegre: FEE, 1981.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS (1960-1980)*. Porto Alegre: FEE, 1981b.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

NICOLAU, Jairo Marconi. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélió. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul (1823-2002)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

OFERLÉ, Michel. *Perímetros de lo político: contribuciones a uma sócio-história de la política*. Buenos Aires: Antropofagia, 2011.

OFFERLÉ, Michel. A nacionalização da cidadania cívica. In: CANÊDO, Letícia Bicalho (Org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. P. 343-362.

RANINCHESKI, Sonia. *História, poder local, representação: a Câmara de Vereadores de Canoas*. Canoas: La Salle / Câmara Municipal, 1998.